

## Sindicatos não abrem mão de padrões de segurança para renovação de concessões

Dos seis vetos da presidenta Dilma ao Projeto de Lei de Conversão da MP 579, dois referiam-se aos incisos ao parágrafo 1º do artigo 1º, que incluía condicionantes para renovação das concessões de geração, por meio da Emenda 72, apresentada pelo deputado Vicentinho (PT-SP) a pedido da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT) e do Sinergia-SP. O inciso IV, referia-se à obediência a padrões de saúde e segurança no trabalho, que seriam definidos pela Aneel, com base na legislação vigente. O inciso V atribuiu à Aneel a responsabilidade de definir as atividades acessórias passíveis de terceirização.

Na justificativa para o veto, recomendado pelo Ministério das Minas e Energia, foi argumentado que "o projeto de lei de conversão, ao estipular novas condições à prorrogação das concessões de geração de energia hidrelétrica, pretende atribuir à ANEEL competência estranha à sua finalidade institucional. Ademais, são assuntos já equacionados na legislação trabalhista, de defesa do consumidor e no marco das concessões de serviço público."

Antes do veto, a FNU apresentou à Aneel e à Casa Civil, sua defesa da manutenção da Emenda 72. A primeira razão é a importância de envolver a Aneel na fiscalização do cumprimento da lei, de forma integrada com outros órgãos da administração federal, como o Ministério do Trabalho. A segunda razão é que a definição de normas deste tipo, pela Aneel não

tem nada de estranho. Já foi inclusive objeto de lei específica, para o caso da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, a que estão sujeitos trabalhadores e população. Segundo a Lei 11.934/09 (artigo 15) "Cabe ao órgão regulador federal de serviços de energia elétrica... editar regulamentação sobre os métodos de avaliação e os procedimentos necessários para verificação do nível de campo elétrico e magnético, na fase de comissionamento e autorização de operação de sistemas de transmissão de energia elétrica..." Já o artigo 11 da mesma lei, estabelece, "a fiscalização do atendimento aos limites estabelecidos por esta Lei para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, terminais de usuário e sistemas de energia elétrica será efetuada pelo respectivo órgão regulador federal". Portanto, uma nova lei definiu, à agência reguladora, a atribuição fiscalizadora, como queremos no caso da segurança dos trabalhadores.

A FNU ao tomar conhecimento da recomendação de veto pelo MME deu-se início a uma



**Pela adoção de padrões de saúde e segurança no setor elétrico e o fim da terceirização de atividades-fim.**

campanha para que a presidente Dilma não vetasse a emenda 72, e em contatos com a Aneel, que sempre se posicionou favorável a emenda, em reuniões com a FNU, obteve seu compromisso de defender a inclusão da redação da Emenda 72, para geração, transmissão e distribuição, na Medida Provisória 591, apresentada pelo governo, em dezembro, e que também trata das renovações das concessões do setor elétrico. Em fevereiro, portanto, a FNU voltará a atuar junto ao governo federal e ao Congresso Nacional, para a inclusão desta e de outras emendas que protejam os eletricitários em suas atividades profissionais.

# O que está por trás da redução das tarifas de energia elétrica?

Gustavo Teixeira  
Franklin Moreira [i]

As mudanças anunciadas pela Presidente Dilma para o setor elétrico se inserem no amplo conjunto de medidas que vêm sendo adotadas com o objetivo de estimular a economia nacional. Entretanto, ainda restam dúvidas quanto aos seus resultados.

Seguindo um diagnóstico de que o aumento do investimento é condição



necessária para o País enfrentar os recentes desafios impostos pela crise mundial de 2008, e, assim, iniciar um novo ciclo de crescimento, o governo tem adotado uma estratégia de incentivo ao investimento privado e de “aumento” da competitividade do setor produtivo nacional. No entanto, as diversas ações tomadas ao longo do ano não confirmaram as expectativas de crescimento da economia em 2012. No início do ano, a expectativa era de um crescimento acima de 4,0% – os últimos dados apontam para um crescimento abaixo de 1,5%.

Diante deste quadro, o governo viu, na alternativa de antecipar para 2013 a prorrogação de uma parte importante do setor elétrico (20% da



capacidade instalada de geração e 67% do total de linhas de transmissão do País), a possibilidade de “viabilizar a redução do custo da energia elétrica para o consumidor brasileiro, buscando, assim, não apenas promover a modicidade tarifária e a garantia de suprimento de energia elétrica, como também tornar o setor produtivo ainda mais competitivo, contribuindo para o aumento do nível de emprego e renda no Brasil” [ii].

A fórmula para alcançar esse objetivo foi definida pela polêmica Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre a redução das tarifas de energia elétrica e a prorrogação de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Em síntese, a medida, inovadora, antecipou para o início de 2013 a possibilidade de prorrogação dos contratos de concessões que terminariam nos próximos 60 meses, exigindo como contrapartida, tarifas de geração e receitas de transmissão menores. Reduziu alguns encargos setoriais, que por muito tempo estiveram embutidos no preço final da tarifa. E o governo federal se comprometeu ainda em fazer, através do Tesouro Nacional, um aporte anual de R\$ 3,3 bilhões para manter

parcialmente os programas custeados por estes encargos.

A intenção pode ser boa...

O resultado esperado é uma redução média de 20% na tarifa final em 2013, variando entre 16% para o consumidor residencial e 28%

para a indústria. Caso essa expectativa se confirme, a redução do preço da energia elétrica permitirá um aumento do poder aquisitivo da população, estimulando, portanto, o consumo, a produção e o emprego. Ao mesmo tempo em que reduzirá o custo de produção do setor industrial, podendo levar ao aumento da produção e a redução do custo dos



produtos finais.

Outro efeito esperado, mas pouco divulgado, é o impacto na inflação do ano que vem. De acordo com o Conselho de Política Monetária (Copom), a estimativa de redução nas tarifas de energia elétrica alterou a projeção de reajuste dos preços administrados por contrato e monitorados de 4,5% para 2,4% em 2013[iii]. Ou seja, se viabilizada, a redução do preço da energia elétrica poderá ter um efeito expressivo na inflação do próximo ano,

aumentando dessa forma o grau de liberdade da política monetária, um dos principais instrumentos utilizados pelo governo para



*continua...*



estimular o investimento e o consumo no país.

A medida também permitiu que uma parte importante do setor elétrico continuasse sendo operada por empresas estatais, uma vez que 98% das concessões de geração, 77% das de transmissão e 91% das de distribuição, são de empresas estatais. Como se sabe, estas empresas tem tido um papel estratégico, sobretudo na



manutenção e expansão da matriz energética nacional.

Mas os fins justificam os riscos?

Se a intenção da medida é indiscutivelmente boa, pelos resultados esperados tanto para a população quanto para a indústria, além de segurar os preços no próximo ano, a forma pelo qual o governo resolveu reduzir as tarifas e os seus desdobramentos, tem gerado algumas dúvidas.

As tarifas finais permanecerão “baixas” nos próximos anos?

Pois, apesar da medida resultar na redução do preço da energia elétrica, deve-se considerar que outros fatores poderão continuar a pressionar seu preço, tais como: os custos com perdas de energia na rede elétrica e os recursos para a indenização das usinas térmicas, como as que estiveram ligadas durante a estiagem registrada em 2012. Logo, o aumento nesses custos poderá anular ou compensar a redução anunciada?

Quanto às concessões, as novas receitas definidas pela União implicarão num forte e rápido ajuste de custos para as empresas estatais que aderiram à prorrogação (grande parte do Grupo Eletrobras). Qual o impacto de um ajuste apoiado em milhares de demissões, conforme

já anunciado, na capacitação e manutenção da memória técnica dessas concessões e na capacidade de melhorias em seus ativos? Ele poderá comprometer a modicidade tarifária?

Além disso, enquanto todas as concessões de transmissão aceitaram os termos de prorrogação, um grupo de empresas estaduais de geração – Cemig, Cesp, Copel e Celesc – que representa cerca de 30% da potência total a ser renovada, optou por não prorrogar suas concessões. Nesse caso, tais empresas continuarão praticando as atuais tarifas, até o final de seus contratos. Em torno da disputa política causada por essas decisões, encontram-se mais dois questionamentos. Qual o impacto dessas decisões no alcance do percentual de redução anunciado pelo governo? E qual será o destino dado para essas concessões, após o vencimento de seus contratos?

Na hipótese de uma nova licitação e, eventual privatização, os efeitos sobre o emprego no setor poderão ser os mesmos do processo de privatização de cunho neoliberal implementado no Brasil na década de 1990, em que esteve ausente qualquer proteção ao trabalho: piora dos serviços prestados; a diminuição de salários; redução de benefícios sociais; aumento da rotatividade; diminuição da qualificação da força de trabalho; jornadas de trabalho mais extensas; piora das condições de saúde e de segurança no ambiente laboral; e ainda, desorganização da representação sindical.

No caso específico do setor elétrico, a ausência de proteção ao trabalho, somada ao estímulo à precarização, garantido pela Lei nº 8987/95 que permitiu às concessionárias do setor “contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como implementação de projetos associados”, fizeram com que ao longo dos últimos anos o número

de trabalhadores terceirizados superasse o número de trabalhadores do quadro próprio, passando de 44% em 2004 para 55% do total da força de trabalho de 2010. Nesse particular, a precarização é tão evidente que cerca de 90% do total de acidentes fatais no setor elétrico ocorrem com trabalhadores terceirizados. Em 2010, a taxa de mortalidade dos trabalhadores terceirizados foi quase nove vezes maior que a dos trabalhadores do quadro próprio[iv].

Pois bem, parece que restam mais dúvidas do que certezas sobre qual será o balanço final das mudanças recentes no setor elétrico brasileiro. Contudo, o esclarecimento para muitas delas pode passar pela resposta a uma simples pergunta: Qual o papel que o governo espera que as estatais cumpram no desenvolvimento de nosso País?



[i] Gustavo Teixeira Ferreira da Silva é economista do DIEESE e mestre em economia pela UFRGS.

Franklin Moreira é presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, entidade que representa os trabalhadores dos setores de energia elétrica, saneamento e meio ambiente.

[ii] Item 1, da exposição de motivos da MP 579, de 11/11/2012. Disponível em:

[iii] Cf. ata da 170ª reunião do COPOM, outubro de 2012.

Disponível em: [www.bcb.gov.br/?ATACOPOM](http://www.bcb.gov.br/?ATACOPOM)

[iv] Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro. DIEESE, Estudos e Pesquisas, nº 50, São Paulo: março de 2010.

# 2013: ano com forte risco de flexibilização dos direitos trabalhistas

André Santos\*  
Neuriberg Dias\*\*

Uma das formas de avaliar o comportamento do Congresso em relação aos direitos dos trabalhadores consiste em analisar o resultado das votações ao longo da legislatura. Outra, também válida, resulta do exame dos projetos apresentados na Câmara e no Senado.

Neste último quesito, a partir de 2011, identificamos um forte movimento pela precarização das



relações trabalhistas por parte de alguns parlamentares, inclusive da base de apoio ao governo. Naquele ano foram apresentados vários projetos com o propósito de extinção ou afrouxamento de direitos previstos na CLT, além da tentativa de enfraquecimento das entidades sindicais.

A conseqüência desse ambiente hostil – que impediu que temas como redução da jornada, fim do fator previdenciário e estabilidade de dirigentes sindicais avançassem – foi a de o movimento sindical começar a agir defensivamente para evitar retrocessos, como a eventual aprovação de matérias contrárias aos trabalhadores.



A investida sobre as relações trabalhistas não arrefeceu em 2012, pelo contrário. A pressão foi intensa, mas o fato de ter havido incentivos fiscais e monetários ao setor empresarial, de um lado, como a desoneração da folha de salários, e, de outro, o presidente da Câmara ter origem no movimento sindical, ajudaram no sentido de evitar o avanço sobre direitos.

Para 2013, na economia, o humor vai depender das relações estabelecidas para recuperar a Europa e, na política, dependerá da mudança das presidências das Casas do Congresso, particularmente da Câmara, cujos potenciais candidatos não possuem relações com o movimento sindical. O deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) presidiu a Comissão de Trabalho quando foi votado o projeto de flexibilização da CLT, durante o governo FHC, e o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) é autor do projeto que propõe o simples trabalhista.

Se persistir um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) tímido, inferior a 3% em 2013, sem uma retomada com vigor dos investimentos, o setor empresarial ampliará a pressão sobre os direitos trabalhistas, alegando que os incentivos fiscais e monetários não foram suficientes para manter os empregos tampouco para gerar novos neste ano. Além disso, a ausência de diálogo da presidente com as centrais sindicais favorece esse ambiente pró-mitigação dos direitos trabalhistas. Desde a posse



de Dilma, as entidades sindicais aguardam uma sinalização da presidente em relação a três pontos que os trabalhadores consideram essenciais: 1) a redução da jornada, 2) a proteção contra a despedida imotivada e 3) o fim do fator previdenciário.

Com um governo distante dos trabalhadores, sem os diálogos que



existiam na gestão do ex-presidente Lula, e um Congresso sensível à demanda empresarial, a precarização nas relações de trabalho pode ganhar força.

A presidente Dilma, conforme editorial do Boletim do DIAP de outubro de 2012 estruturou seu governo em quatro fases. Na primeira destinou-se a acalmar a mídia e os estratos médios. Na segunda, a combater a crise internacional. Na terceira, a abrir à iniciativa privada setores estatais. E, na quarta, promover mudança no Mundo do Trabalho, começando pela adoção da previdência complementar para os servidores.

Do lado empresarial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) listou

*continua...*



101 propostas de “modernização das relações trabalhistas” e apresentou à presidente Dilma Rousseff um pacote para modificar a legislação trabalhista. Para a representante empresarial, isso tornaria a indústria mais competitiva e contribuiria para o desenvolvimento sustentável do País.



O ambiente político, portanto, requer atenção redobrada dos trabalhadores sobre o Congresso e também sobre o Executivo para evitar o enfraquecimento das relações entre o capital e trabalho. O movimento sindical precisa pressionar por diálogo e promover campanhas e marchas para pautar os temas de seu

interesse, sob pena de prevalecer a agenda empresarial.

Ou o governo, por pressão dos trabalhadores e suas entidades, deixa claro de que lado está ou ficará sem forças para impedir retrocessos nas relações de trabalho. E o meio para isto é a pressão e a cobrança sobre a presidente Dilma.

Veja as principais proposições que atacam os direitos dos trabalhadores apresentadas em 2011 e 2012:

Ameaças apresentadas em 2011

PL 948/2011 – impede que o empregado demitido possa reclamar na Justiça do Trabalho.

PL 951/2011 – flexibiliza os direitos trabalhistas dos empregados de pequenas e microempresas.

PL 1.463/2011 – cria o Código do Trabalho e flexibiliza os direitos trabalhistas com a adoção da prevalência do negociado sobre o legislado.



Ameaças apresentadas em 2012

PL 3.785/2012 – cria o contrato de trabalho intermitente que busca a formalização do trabalho eventual e por hora trabalhada.

PL 4.193/2012 – assegura o reconhecimento das convenções e acordos coletivos prevendo a prevalência sobre o legislado.

PLS 252/2012 – modifica o prazo de duração dos mandatos sindicais e alterar critérios para eleições nas organizações sindicais.

(\*) Especialista em política e representação parlamentar, é jornalista e assessor parlamentar do Diap

(\*\*) Assessor parlamentar do Diap

## Estagnação e a herança maldita

O baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012, puxado em boa medida pela desaceleração da taxa de investimento, tem levantado um debate sobre os rumos da política econômica no governo Dilma, sendo que na interpretação de vários economistas ortodoxo-liberais a desaceleração é consequência do



fracasso do modelo intervencionista

estatal. Para tais economistas, a desaceleração econômica resulta do excesso de intervenção do Estado na economia (falta de transparência regulatória, incentivos a demanda, etc.) que aumenta a incerteza e inibe o espírito animal empresarial. Adiciona-se ainda que a falta de reformas liberalizantes (reforma trabalhista, legislação tributária, ambiente regulatório, redução de carga tributária, etc.) contribuiria igualmente para a queda na produtividade e na taxa de investimento. Alguns economistas sustentam ainda que os efeitos benéficos das reformas do governo FHC (“herança bendita”) estariam acabando, dando lugar assim ao velho modelo estatista dos anos 70. Em uma só expressão, é preciso “romper com o estatismo”. Concluindo, tudo indica



que estamos pagando a conta de anos de política econômica ortodoxa

Como a prova do pudim está em comê-lo, a evidência derradeira de que não seriam apenas fatores externos que explicariam o menor crescimento da economia brasileira é o fato de que nossos vizinhos latino-americanos – Chile, Colômbia, México e Peru -, que teriam adotado um modelo menos intervencionista, têm tido um crescimento maior nos

*continua...*

últimos anos do que o Brasil.

Vamos avaliar a consistência desses argumentos, começando pelo final. Não faz qualquer sentido comparar o Brasil – uma economia de grande mercado interno – com economias de pequeno porte como Chile, Colômbia e Peru, cujo dinamismo é derivado primordialmente da exportação de commodities e produtos agrícolas. Já o México, de maior porte, é uma economia muito dependente da economia americana, tendo tido uma taxa média de crescimento de 2,5% em 2005/12 (contra 3,7% do Brasil).



Quanto ao argumento de que a queda na taxa de investimento está relacionada com a falta de reformas liberalizantes cabem alguns comentários. Em primeiro lugar, não há evidências empíricas robustas de que um maior crescimento econômico está associado a reformas liberalizantes. Um trabalho empírico feito por Hausmann, Pritchett e Rodrik (2005), ao analisar 80 episódios de acelerações econômicas, conclui que na maioria dos casos reformas econômicas não produzem tais acelerações.

Já Stiglitz sustenta que reformas (privatizações, abertura de mercado, etc.) em si não garantem uma maior eficiência econômica e bem-estar social, sendo mais importante o modelo de regulação e medidas estruturantes que venham acompanhá-las. Ou seja, há reformas e reformas...

Adicione-se que não há evidências de que as reformas realizadas no governo FHC tenham produzido maior crescimento econômico; em particular, o modelo de privatização adotado no setor de energia elétrica revelou-se um



rotundo fracasso. Por fim, não há porque acreditar que houve mudanças estruturais significativas no modelo regulatório nos anos recentes que justifique, agora, uma desaceleração na taxa de investimento.

Quanto ao excesso de intervencionismo estatal, os argumentos em geral estão eivados de ideologia liberal subjacente. Contudo, não me parece factível sustentar que há um retorno ao modelo estatista dos anos 70. O Brasil é outro, o governo é outro. O que se busca é um equilíbrio entre ação do Estado e iniciativa privada (e não um modelo em que o governo via empresas estatais é o principal executor do investimento) procurando-se viabilizar uma complementaridade entre investimento público e privado. Como assinalava Keynes não é fácil encontrar o (necessário) equilíbrio entre a agenda do governo e a não agenda. O governo brasileiro parece ter perdido sua capacidade estruturante e de realizar investimentos, e não tem sido fácil o aprendizado.

A desaceleração do investimento parece estar relacionada a um conjunto amplo de fatores. Em primeiro lugar, como argumentou nesta seção Chico Lopes, houve recentemente um forte crescimento da capacidade produtiva ociosa das empresas industriais o que em parte explica a discrepância entre crescimento do faturamento das empresas e crescimento (menor) da produção industrial. Uma vez reduzido o estoque é de se esperar alguma retomada dos investimentos. Em segundo lugar, anos de política de juros elevados e câmbio apreciado gerou uma certa tendência à desindustrialização da economia, que mais recentemente começou a

se mostrar de forma mais contundente (com forte aumento do coeficiente de importação da indústria), tendo como efeito colateral uma redução no investimento agregado da economia.

De fato, o setor manufatureiro tende a ser mais intensivo em capital, além de ter fortes efeitos de encadeamento para frente e para trás sobre a economia como um todo. Assim, desde meados de 2010 manteve-se o crescimento acelerado no volume de vendas no comércio varejista enquanto que a produção industrial estagnou-se.

Tudo indica que estamos pagando a conta de anos de política econômica ortodoxa, e não se pode esperar mudanças do comportamento dos agentes como um passe de mágica. Assim, é fundamental que o governo mantenha sua política de busca de um novo “equilíbrio” para as variáveis básicas – como taxa de juros e taxa de câmbio – que afetam a expectativa de longo prazo do empresário, sem sofrer a



tentação de mudar tal política. Ao mesmo tempo, devem-se destravar as amarras que seguram o investimento público em infraestrutura.

Luiz Fernando de Paula é Doutor em Economia pela UNICAMP, com pós-doutorado pela Universidade de Oxford, é pesquisador nível 1 do CNPq. Atualmente é professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ), Presidente da Associação Keynesiana Brasileira (AKB) e Membro do Conselho Editorial da Revista de Economia Política. Recebeu o Prêmio IPEA-Caixa (2007) e Prêmio Brasil de Economia – COFECON (2000 e 2003).



# Trabalhadores (as) do sistema elétrico não são culpados pela crise no setor

*Governo Dilma precisa investir nas empresas estatais, cobrar eficiência no setor privado e valorizar a categoria*

As recentes declarações na mídia da presidenta Dilma sobre os constantes problemas no fornecimento de energia em várias regiões do país mostraram que para ela só existe um culpado: o (a) trabalhador (a) do setor elétrico. A Federação Nacional dos Urbanitários vem a público rebater essas afirmações e dizer que os (as) trabalhadores (as) do setor são profissionais altamente qualificados, com total capacidade de controlar, manter e expandir os



serviços de energia. Essa qualificação se apresenta até mesmo no exterior onde são requisitados para participar de vários empreendimentos de grande porte.

Seria mais honesto por parte do Governo apontar para imprensa os problemas de gestão nas empresas privadas e estatais. No setor privado a terceirização sem limites deixa os (as) trabalhadores (as) sem condições ideais de trabalho. Os operadores vêm sendo reduzidos a números preocupantes, em muitos casos estações ficam sem o trabalhador especializado, o controle é feito a distância em outro Estado. Ou seja, um descaso total que se cristaliza no momento de uma pane que atinge diretamente à população.

As empresas estatais que passaram por um momento único de fortalecimento no Governo Lula, com investimentos e valorização dos seus trabalhadores, agora sofrem com a nomeação de pessoas sem

capacidade gerencial nas empresas do Sistema Eletrobras, com a desqualificação do seu quadro funcional, com o sucateamento, a falta de diálogo na negociação do ACT da categoria, enfim, uma série de situações que o Governo Dilma prefere ignorar. E o pior, a situação tende a se agravar com a MP 579

que reduz drasticamente a capacidade de novos investimentos das empresas da Holding, demite trabalhadores (as), aumenta a terceirização e precariza ainda mais os serviços para a sociedade.

Nos anos 90, houve a imposição da agenda neoliberal no setor elétrico, com grande desorganização e enormes prejuízos às empresas estatais e à sociedade. Os (as) trabalhadores (as) não admitem que o Governo

retroceda a esse período, o pleito é para que o Governo Dilma dê continuidade ao processo de fortalecimento das empresas de energia, patrimônio do povo brasileiro.

A FNU repudia a posição do Governo em culpar os (as) trabalhadores(as) pelos problemas enfrentados pelo setor energia, e convoca a sociedade e o governo para um debate amplo sobre o setor, discutindo temas como a MP 579, a falta de investimentos nas empresas públicas/ privadas e a valorização dos (as) trabalhadores(as) do setor. Somente dessa forma será possível



apontar saídas verdadeiras e impedir que se aprofunde a crise em um setor que é vital para manutenção do crescimento econômico e social do país.

**FNU VEM COBRANDO DA ANEEL UMA FISCALIZAÇÃO JUSTA PARA TODAS AS EMPRESAS**

A Federação Nacional dos Urbanitários e o Coletivo Nacional dos Eletricitários acompanhou a ocorrência do desligamento na SUBESTAÇÃO da TAESA em



Tocantins, ocorrida no último dia 25 de outubro que ocasionou um apagão em nove Estados do Brasil. O que preocupou a FNU foram as reações dos representantes do Governo e da ANEEL, quando no primeiro momento buscaram um bode expiatório estatal, ora insinuando que

*continua...*



ELETRONORTE.

O que os agentes da ANEEL não disseram é que esse desligamento da TAESA demorou muito foi por não ter empregado da empresa no local, e que esta situação pode ocorrer novamente se não forem tomadas providências, esperava-se uma punição severa contra a empresa Privada TAESA,

semelhante as que já foram aplicadas quando houve ocorrências desse porte nas empresas estatais.

A FNU vem cobrando providências da ANEEL, do ONS, do Ministério

houve sabotagem devido a MP-579, ora dizendo que foi um raio, assim como, insinuando que houve falha humana na CHESF ou

de Minas e Energia e que principalmente a Agência cumpra o que determina a Legislação, seja para empresa estatal ou empresa Privada, que fiscalize e redistribua seu pessoal para cumprir seu papel de direito. Não aceitamos o fato de uma empresa que tem um papel estratégico no setor não possa ter mais 80% dos seus quadros lotados na regulação e menos de 20% na fiscalização, por que será dessa preferência? Será que é devido à regulação ficar em Brasília e a fiscalização ter que ficar nos estados? Esse é o momento de repensar o modelo de agência que o país precisa.

## Luta nacional dos Eletricitários pela renovação das concessões e contra a privatização e terceirização continua

*O eletricitário e presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT), Franklin Moreira Gonçalves, analisa, nesta entrevista, o cenário do setor elétrico após a Medida Provisória 579.*



Entrevista concedida ao Sindieleto/MG – Chave Geral - Nº 721 – de 07/01/ a 13/01/2013.

Chave Geral: A seu ver, deve ser dado novo prazo para as empresas que não aderiram às concessões

baseadas nas novas regras renovarem os contratos?

**Franklin Moreira Gonçalves:** Sim, o prazo deve ser prorrogado. Em minha opinião, o debate sobre a MP não deveria ter sido tão politizado como foi. Sabemos que onde não houver renovação, haverá licitações com forte risco de privatizar as usinas. No caso da Cesp, de São Paulo, e da Cemig, se não houver renovação, haverá licitações já em 2013 para operar as usinas Três Irmãos e Jaguará. A FNU/CUT lançou a campanha Renovar para Não Privatizar e ela vai continuar. Queremos que o governo federal e as empresas de energia voltem a se reunir para criar condições para renovar as concessões.

CG: Em que ponto você considera que a MP não foi suficientemente debatida?

**Franklin:** Além de alternativas para garantir a renovação, sem licitação, outro aspecto que não está sendo

considerado no debate sobre a Medida Provisória é a situação dos trabalhadores do setor elétrico. Sabemos que a licitação que corre o risco de ser feita é apenas do ativo físico das usinas. Mas como fica o trabalhador da empresa? Na Cesp, por exemplo, todas as concessões da empresa estarão vencidas e o governo de São Paulo fala em demissões. Falta um debate que leve em conta a situação dos trabalhadores, dos consumidores e da população do entorno dessas usinas dos três estados, onde não houve renovação das concessões (Minas, São Paulo e Paraná), que podem ser afetadas pela falta de investimentos.

CG: As empresas reclamam da nova tarifa, que favorecerá os consumidores em 2013. A tarifa proposta pela Aneel remunera quais gastos das concessionárias de energia?

**Franklin:** O diretor geral da Aneel, Nelson Hubner, disse em reuniões com a FNU/CUT, em que o

*continua...*



Sindieletro esteve presente, que a tarifa de O&M contempla o pagamento de pessoal e, inclusive, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Durante reunião na Comissão Mista, que discutiu a MP, no Congresso Nacional, ele repetiu a afirmação. A Aneel enviou questionários para empresas pedindo informações sobre os custos de operação e manutenção, que não se restringem ao pessoal das usinas e subestações. O levantamento deve incluir o pessoal altamente qualificado necessário para manter o bom funcionamento do sistema elétrico, que atua em áreas como operação, manutenção, proteção e análise. Além disso, a nova tarifa vem com a remuneração para as empresas em 10%.

**CG:** Como você vê ameaça de demissões pela Cemig para manter lucro?

**Franklin:** Há alguns anos a direção da Cemig promove a redução permanente de custo, principalmente com pessoal, executando o que o mercado chama de eficiência operacional. As demissões fazem parte de um pacote da empresa que mexe no Acordo Coletivo – prova disso foi a retirada da cláusula 58, que proibia demissão imotivada do nosso Acordo Coletivo – enfrentando greve de 20 dias. Depois a empresa decretou a Instrução de Pessoal 8.3, tornou a avaliação de desempenho punitiva e passou a praticar demissões, começando pela Cemig S e pela dispensa imotivada de eletricitários da Cemig D e GT com estabilidade no emprego. A conjuntura atual, que inclui a MP 579 e a revisão tarifária, é usada pela Cemig como argumento político para acelerar a implantação de mudanças já planejadas.

**CG:** A Cemig alegava que três usinas ainda tinham contrato e acabou abrindo mão de 21. Como você avalia esta decisão?

**Franklin:** Não fiquei surpreso com a decisão da empresa de renunciar às 21 usinas. A Cemig já tinha dito que se renovasse Jaguará, Miranda e São

Simão, renovaria as outras 18. Ao não renovar as 21, a Cemig mantém a posição única para fortalecer a briga pelas 3 maiores. A empresa dá sinais que vai participar da licitação para operar as 18 usinas e brigar na Justiça para manter a concessão das três com base nas regras anteriores à MP. Defendo que, se não renovar mesmo, a empresa participe de todas as licitações com a intenção de ganhar, pois tem pessoal qualificado e conhece o custo real da operação das usinas.

**CG:** Mas se a Cemig insistir em não renovar, o que pode acontecer com as usinas?

**Franklin:** Licitação é licitação e abre oportunidade para todo mundo disputar o negócio. Além de promover a privatização, a licitação pode colocar as usinas nas mãos de grupos que reduziriam o preço pelo serviço, mas economizariam demais na manutenção, precarizando as condições de trabalho, comprometendo a qualidade dos serviços, a relação com as comunidades atingidas e a segurança. Sem renovação, a população que investiu nas usinas teria perda de patrimônio. Reafirmo que a Cemig tem que entrar para ganhar, a margem do lucro não pode ser um empecilho.

**CG:** A lei de concessões mantém a terceirização, apesar do diretor geral da Aneel, Nelson Hubner, dizer que quadro próprio qualificado leva à eficiência das empresas. Como fica a luta nacional pela primarização?

**Franklin:** A Câmara e o Senado já aprovaram a Emenda 72, que determina que a avaliação das atividades acessórias que podem ser terceirizadas seja feita com a participação da Aneel e cria padrões de segurança para o trabalhador e de respeito ao consumidor. Barrar a



Emenda seria um retrocesso e vamos lançar uma campanha para que Dilma não a veto. Há empresas remuneradas para ter duplas no sistema elétrico praticando o trabalho individual, proibido pela NR 10. Concordo com o diretor-geral da Aneel, quando ele afirma que, no atual cenário de redução de receita, seria um erro das empresas transferir para terceiros atividades de operação e manutenção do sistema, o que se assemelha à mera prestação de serviços. Ao invés de gastar com terceirização, elas devem inovar processos de trabalho e motivar as equipes próprias, aumentando a produtividade.

**CG:** Além da não privatização das concessões de energia e do fim da terceirização, qual a prioridade nas lutas do trabalhador do setor elétrico?

**Franklin:** Como cidadão, sinto que faltou uma proposta da esquerda mineira para renovar as usinas São Simão, Jaguará e Miranda, conforme o contrato de concessão 007/97. O Luz Para Todos está chegando ao fim e outros projetos sociais devem disputar o destino do lucro da Cemig. Minas é grande e desigual na distribuição de renda e no desenvolvimento. Parte do dinheiro obtido em 20 anos de operação das três usinas (cerca de R\$ 30 bilhões) deve ir para programas sociais e até representar uma redução da tarifa para os mineiros que vai além da isenção de ICMS para quem consome até 90 kWh.